



XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

25 a 29 de maio de 2009

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

A ESCUTA ÀS RESISTÊNCIAS.

Thais de Bhanthumchinda Portela (UFBA) - taiportela@yahoo.com.br

Doutora em Planejamento Urbano e Regional, pelo IPPUR/UFRJ, pesquisadora associada ao PPG-AU/FAUFBA/UFBA, bolsista Pós-Doutorado Júnior CNPq.

A ESCUTA ÀS RESISTÊNCIAS.

A complexidade do espaço-tempo contemporâneo trouxe para as disciplinas urbanísticas esse quadro de conflitos e incertezas sobre quais saberes e poderes são agora necessários para as práticas do campo. Parte do caminho apontado como saída para as disciplinas são as práticas da participação popular e da sustentabilidade para os ambientes urbanos e essas respostas foram criadas com o posicionamento de resistência dos movimentos da reforma urbana e dos movimentos ecologistas frente aos modelos da urbanística desenvolvimentista moderna. Esses Agenciamentos (Movimento Social Urbano e Movimento Ecologista) ajudaram a desenhar outras práticas de gestão e de políticas urbanísticas no Brasil. Este texto é uma reflexão, que se inicia, sobre quais outras Identidades/Singularidades, além das acima citadas, possuem esse posicionamento de resistência e para quais caminhos essas apontam.

Introdução

No nosso resumo começamos a tratar das Identidades/Singularidades que se posicionam como resistência a um modo de produção do espaço, elaborado por uma prática urbanística moderna e desenvolvimentista. Agora, no contemporâneo, essas práticas desenvolvimentistas modernas já receberam críticas suficientes, principalmente dos Agenciamentosⁱ das Resistências, para levar a urbanística a esse atual quadro de incertezas. Mas o que chamamos de identidades/singularidades de resistência? E ao que elas resistem hoje? A resposta a essas perguntas são necessárias à esse texto, para que o leitor compreenda o que chamamos de Resistência.

Identidade e singularização.

O período histórico moderno tem com uma das suas principais características culturais a produção de Identidades ligadas à idéia de Nação. Assim como em todo o mundo ocidental que entrava nos fluxos da modernidade, a Nação Brasil também realizou seu projeto identitário nacional. No nosso caso foi criada uma Identidade ligada a uma imagem de harmonia entre as três raças que construíram nosso “caldo” cultural: a raça negra, a branca e a amarela.

A “democracia” racial brasileira miscigenava “amorosamente” os descendentes dos ameríndios, dos africanos e dos europeus desterritorializados em um território brasileiro caracterizado pelas autoridades nacionais como pacífica e amigável. Todos os agenciamentos que iam contra essa imagem pacífica eram taxados de desordeiros contra a Nação, era como se esses contrários não se constituíssem em parte da nossa brasilidade, era como se fossem corpos estranhos.

Nessa categoria de estranhos à Nação entravam desde o “Bando de Lampião” aos “Comunistas de Carlos Prestes”, dos “Tradicionalistas da Burguesia Agrária” que criticavam as mudanças trazidas pelo progresso industrial modernizador aos costumes tradicionais a um “Malandro Capoeirista” que circulava pelas ruas do Rio de Janeiro a sua falta de civilidade. Estávamos no período getulista, época em que o debate sobre a Nação era presente em todos os grandes jornais, nos discursos políticos e nas grandes narrativas de Gilberto Freyre, Caio

Prado Júnior e Sérgio Buarque de Hollanda sobre o Brasil.

Com as transformações políticas e culturais acontecidas principalmente entre as décadas de 1960-1980, mesmo com todos os estranhos ao Brasil sitiados e reprimidos pela ditadura, essas resistências ganharam um outro *status* social na medida em que o mundo ocidental passou a legitimar as utopias, as revoluções e os manifestos proclamadores de novas realidades possíveis.

A característica subversiva de total falta de respeito com os limites demarcados pelos poderes das elites e de sua cultura erudita que ditava o que era certo ou errado, o que possuía bom ou mau gosto e principalmente, o que o “povo” devia ser (amigável e cordato) ou não ser (incivilizado, desordeiro, comunista), abriu novas possibilidades de negociações culturais para as minorias de gênero, classe, raça, credo, proposição política, proposição teórica, etc..

Essas negociações culturais ganharam fôlego renovado para suas lutas sociais também quando o domínio da história eurocêntrica passou a ser questionada, a partir da década de 1970, pelas teorias pós-colônias, pelas teorias do bio poder, do multiculturalismo, da sociedade de comunicação e informação com seu poder em rede a-estruturada que permitiu que as relações entre as periferias mundiais se dessem sem ter que passar pelas sociedades dos países de poder hegemônico.

O contemporâneo, portanto, é um tempo em que os moldes universalista e positivista de enfrentamento das questões do contexto moderno (Identidade, Território Nação, Estado) precisam agora conviver com a visibilidade das estratégias dos fluxos diferenciados (Singularidade, [Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização], Multiculturalismo, Sociedade em rede). Guatarri e Rolnik definem o que são esses fluxos diferenciados:

Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. Essa referência vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de identificação, quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira, de identidade, sua impressão digital, etc. Em outras palavras, a identidade é aquilo

que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável (Guatarri e Rolnik, 1993:68).

O território pode se desterritorializar, isto é, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (Guatarri e Rolnik, 1993:323).

Grande parte da complexidade que a vida social apresenta para os teóricos que procuram compreender seus fluxos partem da transformação desses modos de produção dos laços de pertencimento com o mundo. Eles agora se legitimam socialmente, tanto pela identificação(Identidade) como pela diferenciação social(Singularidade).

Além de coexistirem no tempo(contemporâneo) esses fluxos cristalizados nas Identidades e os fluxos de subjetivação não conformadas da Singularização também coexistem no espaços desenhados pelos agenciamentos. Cada agenciamento pode operar, ora criando Identidades ora criando subjetividades não conformadas, ou seja Singularidades. Por isso não coloco a singularização como característica fundamental das resistências, como fazem alguns teóricos que abordam o tema(a exemplo dos acima citados). Entendo que a tanto a Identidade quanto a Singularização podem constituir um Agenciamento, seja ele de resistência ou não, e que esses modos de produzir o pertencimento no mundo(identificação ou diferenciação) podem ser acionados em um mesmo Agenciamento, na medida que isso se torne necessário ou desejado.

Então, se a possibilidade de ser singular, de se diferenciar, não é o que define a resistência, então o que é?

Poderes Maiorias e Minorias.

Os agenciamentos, neste trabalho, são de resistência na medida em que são determinados por uma posição social. Os saberes e poderes positivados pelos agenciamentos dentro de um campo social, se estiverem locados nesse lugar das Minorias, se constituem como uma resistência. Essa positivação dos poderes e saberes foi tratada por Foucault, em sua história das disciplinas, mas nós extrapolamos a questão da disciplina e tomamos a idéia de irrupção, da mutação da continuidade histórica para os agenciamentos resistência. Esses também se positivam ou desaparecem a partir da demarcação, da visibilidade e reconhecimento no campo social, de seus saberes e poderes, seja em qual forma de pertencimento que esses saberes e poderes se criem(seja pela identidade ou pela singularização).

A positividade de um discurso caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos. Essa unidade não permite decidir quem dizia a verdade, quem raciocinava rigorosamente, quem adaptava melhor os seus próprios postulados. No entanto permite o aparecimento da medida segundo falavam da “mesma coisa”, opondo-se “sobre o mesmo campo de batalha”.(Foucault, 1977).

Para essa pesquisa, portanto, resistência é um saber e um poder que se positiva a partir de uma posição social, de uma posição alocada entre as Minorias, independente delas se constituírem enquanto Identidade ou Singularidade. Seguimos aqui com Deleuze e Guatarri:

Maioria e minoria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja [homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua de padrão europeu-heterossexual] qualquer. É evidente que o “o homem” tem maioria, mesmo se é menos numeroso que os

mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais...etc. A maioria supõe um estado de poder, e não o contrário (Deleuze e Guatarri, vol.2, 1995: 52).

Portanto, tratar o poder dessa forma é desvelar publicamente os focos particulares dos poderes hegemônicos das Maiorias e dos poderes de resistência das Minorias. É um enfoque que incorpora não somente as relações de classe ou a atuação de cada agenciamento (seja ele feito por um indivíduo, seja ele feito em coletivo) nos papéis determinados; trata também dessas relações com o cotidiano, com o trabalho, com a economia do desejo, com as pulsões.

A partir daqui nosso debate sobre a escuta às resistências pode começar e ele se inicia apresentando ao que se resiste.

Ao que se resiste?

O urbanismo é uma disciplina que emergiu na Europa, agenciando saberes e poderes para o ordenamento dos espaços das cidades que cresceram descontroladamente, após os novos arranjos sociais do capitalismo da revolução industrial. Essa disciplina, materializando o espírito republicano progressista positivista brasileiro, veio para o Brasil e modernizou também nossos espaços urbanos, importando primeiramente os modelos do embelezamento e do higienismo europeu. O urbanismo era, e é, uma disciplina ligada às questões estéticas das elites.

Foram criados edifícios públicos, aterros, cortes de terra e de morros para abertura de grandes vias e de espaços abertos e de melhoramentos da infraestrutura, permitindo que o escravo africano deixasse de ser a rede de transporte, o abastecimento de água e alimentos e a coleta do esgoto das cidades. Esse projeto, ditado por Pereira Passos, proibia que pessoas descalças ou em mangas de camisa andassem pelas novas avenidas. Por lei os pobres foram proibidos de desfilar seu “relaxamento”, sua incivilidade, pelas ruas da cidade.

Tempos depois, incorporando os saberes da disciplina da economia e da administração, emerge a disciplina do Planejamento Urbano na Europa e nos Estados Unidos (Town Planning ou City Planning). Enquanto o urbanismo era uma

disciplina de arquitetos que desenhavam os espaços urbanos, o planejamento urbano já nasceu multidisciplinar. No planejamento urbano, o urbanismo é uma entre tantas disciplinas utilizadas para a compreensão dos espaços e dos tempos das cidades. Ao urbanismo cabe o desenho, a espacialização das variáveis inerentes a construção dos planos, sejam eles de que tipo forem, através do projeto. No planejamento a questão estética se perde, emerge a política, o desenvolvimento.

A urbanística eu chamo esse agenciamento entre o urbanismo e o planejamento urbano, com seus discursos, práticas e instrumentos que criam modelos e processos de ordenamento, desenvolvimento e controle do espaço e do tempo das cidades.

Discursos: modernização, desenvolvimentismo, participação, sustentabilidade, cultura...

Práticas: remoção, construção de habitação popular, reforma urbana, relação com o mercado imobiliário....

Instrumentos: projetos de embelezamento, planos de zoneamento, planos diretores (desenvolvimento) urbano, planos estratégicos, estatuto da cidade...

Mas a urbanística, enquanto um saber e um poder técnico efetuado pelas disciplinas do urbanismo e do planejamento urbano, não é um agenciamento que se sustente na vida social sem os poderes hegemônicos das Maiorias, das elites. A elite capitalísticaⁱⁱ e governamental que exerce com o agenciamento urbanístico seu projeto e sua estratégia de desenvolvimento político, cultural e econômico. Esse agenciamento é globalizado, acontecem nos espaços luminosos, como coloca Milton Santos.

A primeira grande crítica à urbanística surge em consequência dos aspectos normativos(imposição dos saberes técnicos na determinação dos espaços urbanos) e uniformizadores(a repetição do modelo racional funcionalista) dos espaços construídos no referencial da modernização desenvolvimentista. O arquiteto Le Corbusier tornou-se o ícone desse período da urbanística e a crítica veio dos fracassos das experiências dos conjuntos habitacionais populares, da violência das ruas, da não participação dos movimentos populares e do descaso e destruição dos

ambientes naturais locais.

O segundo grande momento de crítica à urbanística veio com a modelização e espraiamento pelo mundo de espaços construídos pelos modelos que tem na cultura a variável central dos projetos e planos de intervenção. Essa urbanística culturalista teve no museu de Beauborg, em Paris no início da década de 1980, sua entrada inaugural e veio sendo aprimorada por estratégias de requalificação, revitalização e de renovação em todo o mundo, em Barcelona, seguida dos Grandes Projetos de Paris da era Mitterrand, nos projetos de Bilbao, Lisboa e, por conseqüência e repetição (assim como as “caixas de sapato” modernistas), na maioria das cidades que entraram na competição do *city marketing*.

Seguidores dessa nova modelagem pós-moderna de “culturalização” dos espaços urbanos, num fluxo de produção de saber e poder que sempre se inicia nos países centrais e vai para os periféricos, os capitais empreendedores de cada uma destas cidades passaram a apoiar a produção destes instrumentos que legitimavam suas intervenções empreendedoras, principalmente depois de descobrir o quanto o trato com cultura é lucrativo para os negócios e portanto valorizado pelas ferramentas do *marketing* urbano voltados para a produtividade econômica das cidades globais.

A lógica utilitária e mercantil agregou-se (ou criou) aos planos estratégicos de desenvolvimento urbano, derivados do encontro dos interesses do setor privado com o setor público e, particularmente e muito usualmente, financiados pelos recursos deste último:

Para variar a receita veio dos Estados Unidos. E, com ela, outra palavra-isca, a famigerada “revitalização urbana”, bem como seus derivados não menos famigerados: a “parceria” entre setor público e iniciativa privada, encarregada por sua vez de “alavancar” (outro neologismo ianque – *to leverage*) investimentos privados com os fundos públicos [...] O roteiro que adota este último [multiplicação das réplicas de “requalificações”] é no fundo o da periodização do “espetáculo urbano”: a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social (Arantes,2000:22) Neste contexto como vem atuando o arquiteto urbanista e planejador

urbano, profissional técnico capacitado a manejar os instrumentos que dão forma e qualidade aos espaços públicos. Como fazem a mediação dos interesses envolvidos? Como atuam dentro de uma lógica cujos fundamentos são o desenvolvimento econômico apoiado na valorização cultural local, assim como na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento social, na participação popular? Esses profissionais sabem dialogar com culturas outras para além da sua própria? Creio que não.

Nas últimas décadas a urbanística cresceu cada vez mais formalizando os espaços públicos urbanos, inserindo nesses os cenários culturais espetaculares e tranqüilamente palatáveis, seguros e disciplinados. Gasta-se o esforço de criação para a produção desses cenários, já digeridos dos valores e contextos culturais de diferentes minorias artísticas, sociais, culturais, etc. (ver o Pelourinho em Salvador ou a Cidade do Samba no Rio de Janeiro), ao invés de investir o capital intelectual dos agenciamentos urbanísticos para gerar debates e processos que produzam instrumentos que efetivamente lidem com a vida urbana.

Existe a impressão de que os processos sociais da cidade que faz viver todas as culturas (eruditas, de massa, populares, nômades, híbridas, disciplinares...), que são complexas e muitas vezes contraditórias (se fazem por Identidades e/ou por Singularidades) - só entram em discussão no agenciamento urbanístico quando são necessários para legitimar esta ou aquela política ou empreendimento proposto pelos interesses dos agenciamentos das Maiorias, sejam das elites governamentais ou capitalísticas. Com o discurso da participação popular a democracia representativa legitima suas práticas políticas; com a cultura e o meio-ambiente o capital financeiro legitima seus negócios através de patrocínios para ações de responsabilidade social e/ou ações culturais, estudos de impacto urbano e ambiental – isso na maioria das vezes com os recursos do BNDS, isso é, com recursos públicos.

A partir desses dois momentos de crítica à urbanística, o primeiro relativo ao planejamento da modernização desenvolvimentista e o segundo relativo ao planejamento estratégico culturalista, vemos que ao que se resiste. As resistências surgem contra os modelos de desenvolvimento ditados pelos poderes hegemônicos das Maiorias que se apoderam da urbanística para determinar seus poderes no

campo social, para determinar os modos de pertencimento ao mundo da vida das Minorias, e essas criam seus poderes e saberes próprios, que resistem a essas determinações.

Mas onde se localizam esses agenciamentos resistência?

O que/quem resiste?

É a essa pergunta que tento responder com essa pesquisa que se inicia. Creio ser importante colocar que a resistência surge tanto nos fluxos identitários como os de singularização aos poderes das Maiorias porque, como já foi posto acima, a própria Identidade da urbanística gera agenciamentos de resistência em seu pensamento e em suas práticas críticas. As resistências se fazem com a Identidade e com a Singularidade.

Começamos por aí essa pesquisa, na resistência que surge dentro do próprio agenciamento da urbanística. Mas também não busco uma unidade, uma semelhança, uma Identidade ou uma Singularidade conformada como resistência. Metodologicamente escolhi descobrir mundos possíveis cartografando a multiplicidade de caminhos apontados pelos agenciamentos que resistem aos “Poderes Hegemônicos das Maiorias que Usam a Urbanística Como Instrumento de Determinação nos Espaços Urbanos”.

Por enquanto sugerimos as seguintes categorias para cartografar os fluxos dos agenciamentos resistência:

Teoria e história crítica urbanística, cujas resistências já foram um pouco tratadas nesse texto (Estatuto da Cidade).

Movimentos sociais urbanos, que resistem aos Poderes que determinam o Direito à Propriedade da Terra (Movimento dos Sem-Teto).

Teoria crítica literária, que resistem aos Poderes que determinam a planificação das Identidades e Singularidades para o consumo e espetáculo, produção de pertencimento para as redes de produção do mercado (Pós-colonialismo, Multiculturalismo, Nomadismo, Hibridação).

Arte contemporânea, que resistem aos procedimentos de diferenciação que se conformam às determinações dos Poderes Hegemônicos (O grupo Provo, Movimento Punk, TAZ, Reclaim the streets, Black Blocks, Fluxus).

Novos Movimentos Sociais Urbanos, que resistem ao positivar seus saberes e

poderes singulares no campo social (Ecologistas, Feministas, Negros, Homossexuais).

“Falas” anônimas, que resistem por puro devir, teimosia absoluta em relação aos modos de produção capitalísticos (moradores de rua, grafiteiros, loucos como o profeta Gentileza, mosquitos que insistem em sair dos esgotos, janelas que escapam de tiroteios, furos nas grades que cercam os condomínios).

Conclusões

A apresentação desse texto, sobre uma pesquisa se inicia, tem o claro objetivo de procurar interlocutores que debatam sobre os critérios e sobre a metodologia de uma pesquisa que pretende entender os fluxos dos agenciamentos resistência na contemporaneidade.

Mas uma postura já é muito clara. Nesse quadro de incertezas do agenciamento da urbanística, nossa pesquisa busca entender a multiplicidade da vida urbana, para aprender com ela, para refletir sobre os caminhos possíveis para essa nossa urbanística, tão marcada pela nossa condição de periferia mundial. Esse é o exercício dessa pesquisa, mas que perde seu sentido se esse conhecimento servir apenas para ser apropriado como mais um método para esquadrihar as identidades e as singularidades sociais no intuito de ordenar, controlar, projetar e planificar melhor, com mais eficácia, o desenvolvimento da vida urbana.

Todas as tentativas de capturar as resistências para a urbanística, ligada aos projetos de desenvolvimento hegemônicos, acabaram com a vida urbana que primeiro lhe deu sentido. Vide exemplos do Mercado Ver-o-Peso, em Belém-PA, a Feira dos Paraíbas no Pavilhão de São Cristovão e a Lapa, no Rio de Janeiro-RJ, o Mercado do Peixe em Salvador-BA.

Talvez a produção desse conhecimento que se inicia só poderá ser usado pela urbanística como sinal de alerta, como as placas que avisam: “Cuidado, não pise. Vida frágil, mas de grande importância”. Se assim for, o trabalho já vale o esforço.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, volume1*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, volume2*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, volume3*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, volume4*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

_____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, volume 5*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S.. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

i. Por agenciamento entendemos uma noção ampla que não coincide com outras como grupo ou conjunto. O agenciamento comporta componentes heterogêneos – biológicos, sociais, imaginários, maquínicos (Guatarri e Rolnik, 1993:317). Os agenciamentos endurecem sistemas de intensidade através de seus fragmentos constitutivos e podem operar nos mais variados sistemas: de cognição, de afetos, de religiões, de culturas. Ele se constitui na **multiplicidade**, por onde passam fluxos que se engendram produzindo formas-territórios e/ou processos [te-de-re], que constroem e ocupam o espaço urbano, seja por alianças entre as **maiorias** ou entre as **minorias**. Os agenciamentos são como os rizomas (se compõem desse fragmento e mais esse e mais esse e...), não tem bordas que o definem ou o totalizam, mas seus fragmentos são todos **segmentarizados**, por isso existe como compor formas dentro dos rizomas, pode-se desenhar inúmeros limites, pode-se inventar um agenciamento como forma, a depender da apropriação que se faz de seus segmentos.

ii. Capitalístico é o termo que Félix Guatarri utiliza para determinar os processos de produção e consumo do mundo que acontecem em todos os regimes, sejam eles capitalistas, comunistas ou socialistas. A máquina capitalística de produção e consumo atravessa todos esses regimes criando um só tipo de produção do desejo. Após a queda do bloco soviético, na medida em que a China se tornou um dos principais mercados do capitalismo mundial e no quadro atual de quebra dos mercados financeiros mundiais, provocado pela receita neoliberal aplicada ao extremo no mercado imobiliário norte-americano, e no qual esse mercado recorre setores de Estado para socializar as dívidas, a diferenciação entre os regimes fica cada vez mais complicada. O capitalístico de Guatarri ganha cada vez mais sentido.